



# AS TAREFAS DOS ORGÃOS DA VONTADE POPULAR

A questão fundamental de qualquer Revolução é a questão do poder. Quem detém o poder, quem governa, quem manda? Que classe está no poder? Numa sociedade onde uns exploram e outros são explorados esta é a questão mais importante. Como e que meios são utilizados pela classe exploradora, maioritária, para manter na opressão a maioria do povo, os operários e os camponeses?

No nosso país um punhado de parasitas, latifundiários, grandes agrários e monopolistas, tem ao seu dispor uma máquina de Estado concebida e montada peça sobre peça para oprimir e explorar o povo e como tal nunca será um instrumento para o servir.

Perguntemos ao povo qual a sua opinião sobre a burocracia estatal, sobre as diferentes repartições públicas onde os camponeses vão pagar a «décima», onde os pequenos comerciantes e industriais vão pagar as contribuições e os impostos, onde qualquer elemento do povo que queira ir caçar ou que tenha uma bicicleta, um rádio, etc. ... tem de fazer o requerimento, tirar a licença, pagar a taxa e a sobretaxa, pagar multas e mais multas porque falta o selo, porque a assinatura é mais abaixo ou mais acima, porque não sabe ler e tem de arranjar testemunhas, porque enfim chegou uns minutos atrasado, etc., etc. ... quantas horas e dias perdidos, quantos quilómetros andados para cumprir formalidades com um Estado que não nos serve.

E quando as leis arbitrarias da burguesia não chegam, vêm as forças da repressão, os guardas e as polícias. Se estas são impotentes para conter as vagas alterosas do movimento operário e popular, têm ainda outro instrumento repressivo preparado e reservado precisamente para os confrontos de maior envergadura de classe contra classe: esse instrumento são as forças armadas.

As forças armadas e a polícia são os principais instrumentos da força do poder de Estado que conjuntamente com o aparelho burocrático constituem os três pilares fundamentais do Estado burguês.

Sem destruir de alto a baixo esse estado burguês a classe operária e os camponeses pobres, não podem tomar o poder e construir um novo. A tarefa central dos órgãos de vontade popular é a tomada do poder para o povo.

O nosso Partido, o MRPP defende que só um Estado de tipo novo, poderá servir os interesses dos operários e camponeses. Esse Estado, ao contrário do actual que é um instrumento da ditadura da classe exploradora sobre a classe explorada, será o Estado da Ditadura Democrática Popular — uma ditadura (não podemos ter medo das palavras) de todas as classes e camadas de classe revolucionárias da sociedade sobre os latifundiários, os grandes agrários, os monopolistas e demais contra-revolucionários.

O programa fundamental do MRPP consiste no derrubamento da burguesia e demais classes exploradoras, na substituição da ditadura da burguesia pela ditadura do proletariado e na instauração e vitória do socialismo sobre o capitalismo. Para se atingir aqueles objectivos, a Revolução portuguesa terá de passar por duas etapas, a primeira e actual é a Revolução Democrática e Popular e a segunda é a Revolução Socialista.

O ponto primeiro do programa da Revolução Democrática e Popular é «a destruição do Estado fascista e o estabelecimento de uma República Democrática e Popular, sob ditadura Democrática e Popular, isto é, sob a ditadura conjunta de todas as classes revolucionárias e dirigida pelo Proletariado» (Estatutos e Programa Geral do MRPP).

Esta é a atitude dos marxistas-leninistas-maoístas portugueses, do MRPP, face ao estado da burguesia. Logo a seguir ao 25 de Abril o MRPP exigiu o desmantelamento da GNR e da PSP e nunca disse que o povo devia estar com o MFA da burguesia, ao contrário do partido dito comunista que não se cansou de apregoar o slogan do «Povo está com o MFA» enquanto isso serviu os seus intuitos golpistas.

Nunca o MRPP, trocou a política autónoma do proletariado revolucionário por qualquer pacto MFA/Partidos e sempre cuidou de dizer que não será o MFA dos oficiais da burguesia que libertará o povo da exploração e da opressão. Só um exército popular, constituído de operários e camponeses, apoiados no fogo das suas armas estará em medida de defender os seus sagrados direitos à libertação e emancipação.

A seguir ao 25 de Abril, o MRPP viu os operários começarem a erguer as suas organizações autónomas — as Comissões de Trabalhadores — e acarinhou essa iniciativa. Foi o nosso Partido que na clandestinidade, antes do 25 Abril, e para combater os sindicatos fascistas-revisionistas avançou a justa tática da criação dos Comitês Operários com funções sindicais. As Comissões de Trabalhadores que começaram a nascer às centenas nas fábricas e empresas são uma criação de certo modo espontânea das massas e de certo modo influenciada pela tática e experiência anteriores do nosso Partido. A luta de classes tem destas coisas curiosas, os operários punham em prática a tática do nosso Partido quando ainda não tinham uma confiança sólida na sua linha política.

Nos bairros populares onde um poderoso movimento de ocupação de casas devolutas exigia formas avançadas de organização, surgiram as Comissões de Moradores, autênticos órgãos de vontade das massas populares dos bairros, sempre que obedeceram aos princípios da livre elegibilidade e da revogabilidade a todo o momento.

As Comissões de Trabalhadores e as Comissões de Moradores são órgãos da Revolução, eles observam no seu interior e para com as massas os princípios estritos da democracia proletária.

A burguesia vendo surgir por toda a parte como cogumelos os órgãos da vontade popular, já não podendo opôr-se-lhes de frente, ensaiou a dupla manobra de se infiltrar no seu seio para os aniquilar por dentro e de



criar organizações fantoches anti-democráticas com o mesmo nome dos órgãos de vontade popular para enganar as massas. Os mais expeditos na proeza foram os social-fascistas do P" C" P que combinaram estas manobras na «base» com outras, não menos perversas, na cúpula, isto é, no aparelho de estado burguês onde se acoitaram em grande número.

No louco desespero de liquidarem as Comissões de Trabalhadores fizeram aprovar na lei a institucionalização da Intersindical vendida, enquanto o Ministro da Administração Interna manobrava para amarrar as Comissões de Moradores aos Governos Cívicos. A política era a mesma, transformar os órgãos de vontade popular em simples apêndices do aparelho de estado burguês. Os social-fascistas julgaram ter chegado o momento de terem funcionários baratos para a sua máquina de estado. Para eles nunca se tratou de destruir essa máquina de opressão e repressão que é o Estado burguês, mas sim de o tomar tal qual existe com as suas polícias e as suas forças armadas para o pôr ao serviço da sua ditadura social-fascista dirigida do Kremlin.

Os camponeses foram os primeiros a dar-lhes a resposta, levantando-se contra as Juntas de Freguesia, contra as Câmaras Municipais, contra as Comissões Liquidatárias dos Grémios, exactamente onde os social-fascistas do P" C" P e do M" D" P - C" D" E se tinham acoitado em substituição dos fascistas da A" NP". Nas lutas travadas pela posse dos baldios e pela ocupação dos latifúndios, os camponeses ergueram os órgãos da sua vontade — as Associações de Camponeses e as Comissões de Trabalhadores das herdades ocupadas.

Os soldados e marinheiros organizaram também as suas Comissões de Soldados e Marinheiros, únicos órgãos que podiam combater conseqüentemente a política militarista e chauvinista dos fascistas e social-fascistas e os únicos capazes de procederem ao armamento organizado do povo em estreita ligação com as Comissões de Trabalhadores e as Comissões de Moradores.

As Comissões de Trabalhadores, as Comissões de Moradores, as Associações e Uniões de Camponeses pobres e as Comissões de Soldados e Marinheiros são os órgãos da vontade popular que devidamente unificados e centralizados concentram em si as potencialidades de verdadeiros órgãos para a tomada do poder.

Foram dados os primeiros passos práticos para a sua centralização, formaram-se os primeiros Secretariados regionais e por sectores de Comissões de Trabalhadores (Intercomissões de Trabalhadores da Zona Norte, Secretariado Regional de Comissões de Trabalhadores do Algarve, Secretariado das Comissões de Trabalhadores das multinacionais, etc.) e em 27 de Setembro do ano passado realizou-se, na Covilhã, o I Congresso Nacional de Comissões de Trabalhadores que elegeu o I.º Secretariado Nacional.

Os social-fascistas do P" C" P não desistem, na sua azáfama, de destruição dos embriões do futuro poder popular, criam estruturas paralelas fantoches como por exemplo o secretariado da «cintura industrial de Lisboa». O objectivo destas manobras é de arrastar alguns trabalhadores para apoiarem as suas manobras golpistas como se tornou evidente no golpe de 25 de Novembro.

Este golpe contra-revolucionário, para onde foram conduzidas pela mão dos social-fascistas do P" C" P e do seu cão de trela U" DP" algumas Comissões de Trabalhadores e de Moradores trouxe graves prejuízos à Revolução portuguesa, ao desacreditar temporariamente aos olhos das massas os únicos órgãos em que elas podem e devem confiar — os órgãos da vontade popular.

Na eminência da bancarrota económica, as Comissões de Trabalhadores são os órgãos apropriados para exercerem o Controlo Operário nas fábricas, nas empresas, nos bancos, etc. A sua centralização é uma necessidade vital para se poder exercer o Controlo Operário a nível nacional.

Na nossa sociedade e na nossa época, dado o desenvolvimento das forças produtivas, o poder dos operários e camponeses não se pode tornar efectivo senão a nível de todo o país. A centralização das Comissões de Trabalhadores por ramos e sectores, a nível regional e a nível nacional é uma condição sem a qual não é possível a aliança dos operários com os camponeses, principal esteio da Revolução.

As Comissões de Moradores e as Comissões de Aldeia enquanto órgãos representativos dos moradores, independentes das Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais, têm desempenhado um destacado papel nas lutas dos bairros e aldeias quanto às questões da habitação, da assistência social, da saúde, do ensino, da cultura, da salubridade, do abastecimento de géneros, dos transportes, etc. Numerosas têm sido as vitórias nestes campos, casas devolutas foram ocupadas por famílias que viviam em barracas, infantários populares abriram as suas portas, diversos centros de cultura popular foram criados, cooperativas de consumo começaram a organizar-se.

É o povo que faz a História, força alguma do mundo pode parar o desenvolvimento da energia criadora das massas.

O nosso Partido, o MRPP, estará sempre à frente das massas para as ajudar a resolver os seus problemas políticos, ideológicos e de organização e no combate tenaz a todos os seus inimigos e falsos amigos.

O MRPP defende e defenderá com todas as suas forças os órgãos de vontade popular, porque eles são os embriões do futuro poder dos explorados não são os soviets como queriam os dogmáticos dos livros, mas servem. O nosso Partido nunca disse que o Estado já não era preciso, o Estado da burguesia não é preciso para nada e deve ser desmantelado, mas o proletariado precisa de um Estado de tipo novo, imprescindível para combater e derrotar os contra-revolucionários, edificar o socialismo e caminhar para uma sociedade sem classes. Os órgãos da vontade popular devidamente centralizados são os órgãos desse futuro Estado.

O nosso Partido, na Assembleia Legislativa e pela boca da fracção comunista que as massas devem eleger, defenderá com toda a intransigência que caracteriza os marxistas-leninistas, esses órgãos da vontade das massas porque se o inimigo os atacar é também o MRPP e a sua política que são atacados.

As massas devem unir-se em torno dos órgãos da sua vontade e escorraçar os revisionistas sem mais contemplanções.

VIVAM OS ÓRGÃOS DA VONTADE POPULAR!

VIVA O POVO!

VOTA MRPP: A VOZ DA REVOLUÇÃO NA LEGISLATIVA!

Lisboa, 12 de Abril de 1976

SECRETARIADO NACIONAL  
DA CANDIDATURA OPERÁRIA  
DO MRPP

ABM